

AÇÕES EDUCACIONAIS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ARTIGOS BRASILEIROS.

PALOMA APARECIDA OLIVEIRA RATUCHNE

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná, Brasil

MARIA LUIZA DA LUZ MUNHOZ

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paranavaí, Paraná, Brasil

ANA APARECIDA DE OLIVEIRA MACHADO BARBY

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná, Brasil

ROSANGELA TRABUCO MALVESTIO DA SILVA

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paranavaí, Paraná, Brasil

RESUMO: O artigo teve como objetivo principal analisar as discussões empreendidas nos artigos brasileiros a respeito das ações inclusivas propostas pelas Instituições do Ensino Superior (IES), para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, foram consultadas as plataformas CAPES e SciELO, utilizando os descritores: Transtorno do Espectro Autista, TEA, autista, autismo, Ensino Superior e universidade, combinadas pelo operador booleano *AND*, entre os anos de 2019 e 2023. O estudo se pautou na abordagem qualitativa dos dados, para a análise dos textos selecionados se utilizou a metodologia de Bardin (2011). Como resultados, foram selecionados 10 artigos que atenderam aos critérios do estudo para integrar as análises. Concluiu-se que a participação dos acadêmicos com TEA têm deflagrado melhorias nos processos educacionais nas IES, promovidas pela implementação de núcleos de acessibilidade e programas de inclusão. No entanto, muitas ações para garantir o acesso, permanência, equidade e êxito dos estudantes com TEA estão em processo de construção e implementação. Dentre os desafios apontados pelos estudantes estão as carências na formação dos profissionais, baixa oferta de planos de ensino individualizados, falta de disseminação de informações claras sobre o espectro, e dificuldades de comunicação e convivência com os professores e colegas, além dos desafios nas avaliações.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Ensino Superior; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, os critérios basilares para o diagnóstico do Transtorno do Espectro do autismo (TEA), passaram por importantes revisões nas descrições dos manuais para caracterização nosológica, como o Manual Diagnósticos e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID). Em ambos os documentos, o TEA foi considerado um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta até os 36 meses de idade.

Sendo caracterizado por comportamentos repetitivos com interesses restritos, e déficits na comunicação social (American Psychiatric Association-APA, 2023).

Os registros históricos mostram que desde os primeiros estudos do psiquiatra austro-húngaro Léo Kanner, em 1943, especificamente após a publicação do artigo intitulado *Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo*, o TEA tem suscitado cada vez mais interesse em pesquisadores, educadores, familiares e demais profissionais que interagem com essa temática, (Bialer; Voltolini, 2022). Ao longo do tempo, os estudos sobre o TEA passaram do paradigma relacional, marcado pela teoria da mãe-geladeira, para a discussão dos fatores genéticos e ambientais implicados na sua etiologia. Entretanto, a despeito do surgimento de várias teorias e dos avanços na área da genética, parece não haver consenso na literatura a respeito das causas do TEA (Fadda; Cury, 2016).

Além das mudanças conceituais na categorização do TEA e das buscas pelos fatores responsáveis pela variedade de características registradas no Espectro, são registrados avanços em várias áreas de atendimento às necessidades desse público. Exemplo disso é a conquista do direito de acesso à educação regular inclusiva.

A Educação Inclusiva no Brasil é respaldada por legislações como a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Brasil, 2015), garantindo acesso equitativo à educação para pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A Lei Berenice Piana (Brasil, 2012) define que indivíduos com TEA são considerados pessoas com deficiência e, portanto, público-alvo da Educação Especial.

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indicaram que no Brasil, em 2018, 754 estudantes com Transtorno do Espectro Autista foram matriculados no Ensino Superior. Esses estudantes incluíram 378 indivíduos diagnosticados com Autismo Infantil e 376 com Síndrome de Asperger¹, representando 1,9% do total de 39.855 matrículas de estudantes autodeclarados com alguma deficiência, (Aguilar; Rauli, 2019).

A partir desse cenário, a presente investigação buscou responder à seguinte questão: o que os artigos brasileiros têm discutido sobre as ações propostas para a educação inclusiva dos estudantes com TEA na Educação Superior (ES)?

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar o que os artigos brasileiros discutem a respeito das ações inclusivas propostas nas Instituições de Ensino Superior (IES) para os estudantes com TEA.

O presente manuscrito está organizado em 3 seções principais, em que, na primeira, relata-se sobre o TEA no Ensino Superior, tendo como embasamento teórico algumas legislações (Brasil, 2004; 2005; 2008) e autores como Sales e Viana (2020), e Teixeira e Castro (2023). Na segunda relataram-se as questões metodológicas. E na terceira seção são descritos e discutidos os resultados do estudo de revisão com base em Fischer (2019); Olivati e Leite (2019); Oliveira e Abreu (2019); Silveira, Donida, Santana (2020); Aguilar e Rauli (2020); Santos *et al.* (2020); Leonel *et al.*, (2022); Oliveira, Santiago e Teixeira (2022); Silva e Moreira (2022) e Silveira *et. al*(2023).

TEA NO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS PONDERAÇÕES

A partir de documentos internacionais, como a Convenção da Organização dos Estados Americanos de Guatemala (Brasil, 2011) foi promulgada no Brasil (2000), a Lei nº 10.048, regulamentada pelo Decreto nº 5.296 (Brasil, 2004), a qual garante a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência nos serviços públicos, incluindo a Educação.

Com vistas a garantir o acesso e a permanência dos estudantes público alvo da educação especial (PAEE), no ES, foi criado o Programa de Acessibilidade na Educação Superior - Incluir (Brasil, 2005), lançado pelo Ministério da Educação (MEC), pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) e pela Secretaria de Educação Superior (SESu). O Programa teve como objetivo implementar a educação inclusiva no ES, fomentando a criação e a consolidação dos núcleos de acessibilidade, para eliminação de barreiras e oferta de apoio pedagógico aos estudantes incluídos.

No que se refere ao acompanhamento estudantil, foi instituído no Brasil o Decreto nº 7.611 (Brasil, 2011), que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e dá outras providências, perpassando desde a Educação Infantil até o ES. Em seu Art. 2º, § 1º define o atendimento como: "Um conjunto de atividades e recursos pedagógicos organizados institucionalmente para complementar ou suplementar a formação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades" (Brasil, 2011, p.3).

Portanto, de acordo com os indicadores do INEP (2018), sobre o número de matrículas de estudantes com TEA no Ensino Superior, observa-se que esse aumento acompanha os avanços nos marcos normativos da inclusão. No entanto, o simples ingresso desses estudantes não garante sua participação efetiva no ambiente universitário, o que impõe às instituições o desafio de oferecer o acolhimento adequado e o suporte material e de ensino, necessários. Isso ocorre em um contexto educacional ainda mais complexo do que o da Educação Básica, o que torna essencial que as IES criem condições para que esses estudantes possam concluir sua formação com êxito.

Partindo desse contexto, para criação de uma cultura inclusiva no ES, faz-se necessária a implementação de ações para o acesso, a permanência e a aprendizagem dos acadêmicos, conforme previsto na legislação vigente (Brasil, 1988; 1996; 2008; 2012; 2015). Todavia, na perspectiva de Sales e Viana (2020), é importante pensar que a aprendizagem dos alunos PAEE não se conquista apenas por políticas afirmativas e adaptações curriculares. Esse fato, torna indispensável a criação de oportunidades de aprendizagem e participação para os estudantes com TEA no cotidiano das IES.

Com relação à avaliação dos acadêmicos com TEA, Sales e Viana (2020), ressaltam a necessidade de ter em consideração aspectos multidimensionais e multidisciplinares, envolvendo o uso diversificado de instrumentos avaliativos. Os autores, também, fazem menção ao Plano Educacional Individualizado (PEI) na Educação Superior, partindo da potencialidade do educando, com natureza concreta e funcional, prefigurando o exercício profissional, numa perspectiva integral.

Dessa maneira, a inclusão dos alunos com TEA no ES precisa promover sua integridade, permitindo que se tornem cada vez mais participativos na sociedade, tendo condições de remodelar sua própria realidade com autonomia e respeito. Para tanto, é necessário instigar mudanças, garantir a implementação da legislação na prática e

estabelecer um sistema educativo que promova justiça social, inclusão e equidade para todos, além de considerar suas características individuais (Teixeira; Castro, 2023).

METODOLOGIA

Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo de revisão sistemática, com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, desenvolvida na perspectiva da análise de conteúdo de Bardin (2011), constituído por: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados.

As revisões são fundamentadas em questões claras, com o intuito de localizar, selecionar e analisar criticamente pesquisas que atendam aos critérios de elegibilidade.

Estratégias de Busca

A busca do material foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2024, indexados nas bases de dados CAPES e SciELO. Para identificação dos artigos foram utilizados os descritores: Transtorno do Espectro Autista, TEA, autista, autismo, ensino superior e universidade, os quais foram combinados pelo operador booleano *AND*. Com o propósito de localizar as pesquisas mais recentes na área, foi realizado recorte temporal de 2019 a 2023. Foram utilizados os filtros “artigo” e “português” para auxiliar nas buscas considerando-se os critérios estabelecidos para a presente pesquisa.

O quadro 1 retrata as plataformas e as palavras-chave utilizadas com os respectivos artigos selecionados.

Quadro 1. Produções selecionadas sobre o TEA no Ensino Superior entre os anos de 2019 e 2023.

Plataformas	Palavras-chave	Artigos Selecionados
CAPES	Transtorno do Espectro Autista, TEA, autista, autismo, ensino superior, e universidade.	9
SciELO		1
Total	Artigos encontrados ² : 1.073	Artigos selecionados: 10

Fonte: Organizado pelos autores (2024)

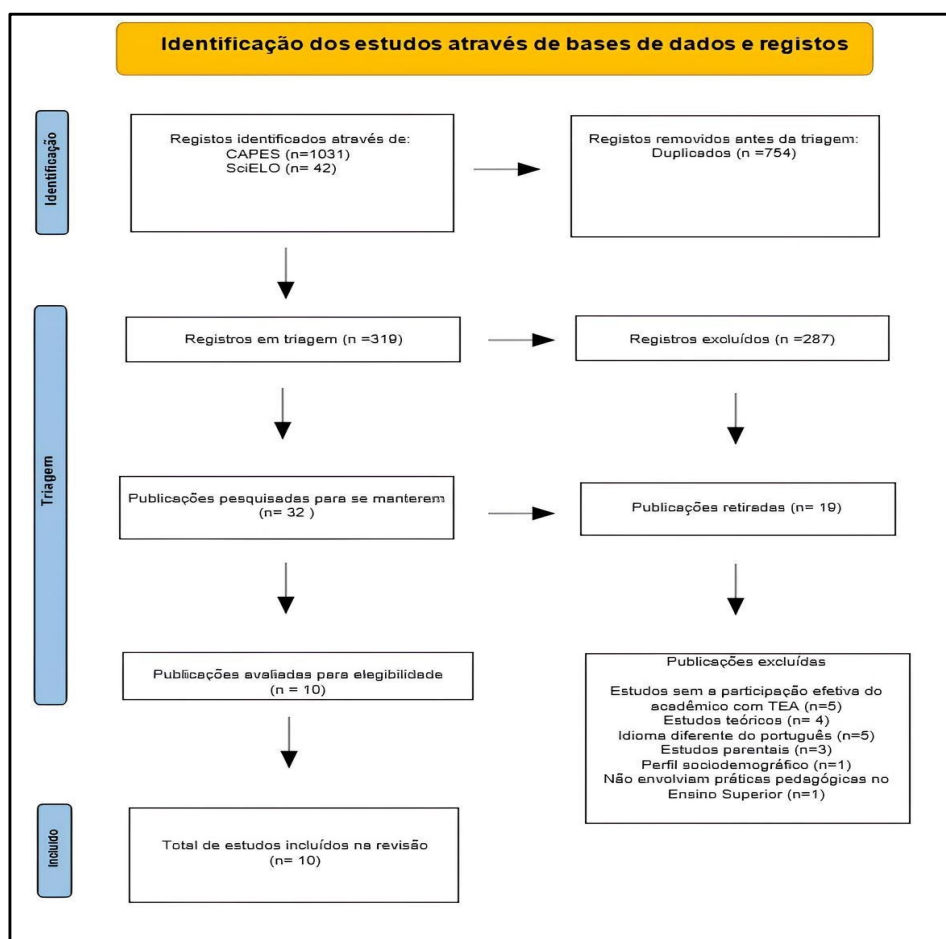
Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão dos artigos definidos para a presente pesquisa foram: estudos brasileiros publicados em língua portuguesa, que envolvessem o processo de inclusão de estudantes com TEA matriculados no Ensino Superior. Foram excluídos estudos estrangeiros, que envolviam populações distintas do TEA, desenvolvidos na etapa da Educação Básica, teses, dissertações, estudos bibliográficos e revisões.

Critérios de Avaliação

A seleção para a revisão ocorreu por meio da estratégia *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*- PRISMA (PAGE, *et al.* 2020). Nesta perspectiva, para a escolha dos estudos, foi organizado um parâmetro de avaliação, sendo composto por três momentos, sendo a identificação, a triagem e, por fim, a inclusão. Destaca-se que dois revisores independentes fizeram as buscas e verificação de artigos nas plataformas, em caso de dúvida, foi acionado o terceiro revisor. Abaixo, o fluxograma PRISMA (PAGE, *et al.* 2020) com a identificação dos estudos:

Figura 1. Fluxograma PRISMA



Fonte: organizado pelos autores, 2024.

RESULTADOS

A partir das buscas foi possível resgatar 1.073 artigos, dentre os quais, 10 atenderam aos critérios de elegibilidade. No quadro 2 estão descritos alguns dados referentes aos artigos selecionados, como: autores, títulos, IES [5 no âmbito federal, 3 estaduais e 1 privada, 1 sem identificação] e os cursos [em que, grande parte, frequenta Ciências Biológicas], a metodologia utilizada pelos autores [sendo grande parte pesquisas de campo com entrevista - 6], a revista em que foram publicadas [maioria na Revista Brasileira de Educação Especial, e na Revista Educação Especial], e as propostas pedagógicas inclusivas abordadas nos artigos.

Quadro 2. Dados dos artigos selecionados sobre o TEA no Ensino Superior, de 2019 a 2023.

Autor (ano)	Título	IES/Curso	Método/Periódico	Ações pedagógicas inclusivas
Fischer (2019)	Tem um estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão	Universidade Privada do Sul do Brasil (PUCPR) Ciências Biológicas	Análise sistemática de diários de bordo de um professor/ Revista Brasileira de Educação Especial	Diário de bordo/reflexivo/ <i>e-journding</i> ; Programa de transição do Ensino Médio para o ES; Programas de formação de professores; Infográficos para síntese; adaptação e flexibilização curricular e na avaliação; MA.

Continua...

Olivati, Leite (2019)	Experiências Acadêmicas de Estudantes Universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma Análise Interpretativa dos Relatos	Universidade Pública no Estado de São Paulo Engenharia Industrial Madeireira Ciências Biológicas Biologia Marinha Engenharia Mecânica Matemática Ciências Sociais	Pesquisa de campo com entrevista Revista Brasileira de Educação Especial	Modificações e ajustes metodológicos; Mentoria; Encontros semanais para planejar as atividades; Conscientização por parte dos docentes; tempo estendido para realizar provas
Oliveira Abreu, (2019)	A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG)	Universidade Federal de Goiás (UFG) Jornalismo	Pesquisa de campo com entrevista/ Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial	Adaptação do ambiente levando em consideração suas sensibilidades; utilização do interesse/ hiperfoco em prol da aprendizagem; monitoria/ tutoria; grupo de apoio e estudos de estudantes com TEA.
Silveira, Donida, Santana (2020)	Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas	Universidade Federal do Sul do Brasil Não consta	Pesquisa de campo com entrevista/ Revista Avaliação (Campinas)	Flexibilização curricular, roteiros de estudos e monitoria/ tutoria.

Continua...

Aguilar, Rauli (2020)	Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior	Não consta Psicologia (3) Direito (2) Medicina Farmácia Filosofia	Grupo focal/ Revista Educação Especial	Assistência individualizada; programas de formação docente; limitar a ambiguidade e oferecer instruções concretas; tempo ampliado para realização das atividades
Santos <i>et al.</i> (2020)	A inclusão da pessoa com Autismo no Ensino Superior	Universidade Federal da Bahia	Pesquisa documental e entrevista/ Revista Entreideias	Adaptação curricular, Monitoria/tutoria, grupos de pesquisas e roteiros de estudos
Leonel <i>et al.</i> (2022)	Atendimento educacional especializado e Transtorno do Espectro Autista no ensino superior: estudos de caso em Universidade Pública no Paraná	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Ciências Biológicas	Estudo de caso/ Educere et Educare - Revista de Educação	Apoio no estudo dos conteúdos; em trabalhos e outras atividades avaliativas; e na organização das atividades acadêmicas. Realização de cronogramas com prazos e datas; construção de esquemas, mapas mentais e resenhas; orientações para utilização dos espaços da universidade.

Continua...

Oliveira, Santiago, Teixeira (2022)	Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista	Universidade Federal de Goiás (UFG) Não consta	Pesquisa de campo com entrevista/ Revista Educação e Pesquisa	Monitoria/tutoria, esquemas de estudos e flexibilização curricular
Silva, Moreira (2022)	O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras	Seis Universidades Federais Não constam	Pesquisa de campo com entrevista/ Revista Educação Especial	Monitoria/tutoria e avaliações diferenciadas
Silveira <i>et. al.</i> (2023)	Planejamento educacional individualizado de estudantes com autismo na universidade	Universidade Pública da região metropolitana de São Paulo Ciências e Tecnologia	Entrevista semiestruturada Revista Psicologia Escolar e Educacional	Execução do PEI e flexibilização do currículo

Fonte: Dados da pesquisa, organizada pelos autores (2024).

O estudo de Fisher (2019) avaliou três práticas pedagógicas aplicadas a dois estudantes com Síndrome de Asperger (SA) matriculados no curso de Ciências Biológicas, no primeiro e no sétimo períodos. O programa de intervenção também ocorreu no curso de Psicologia, apesar de não contar com estudantes com SA, durante um semestre. As práticas propostas foram fundamentadas nos princípios das Metodologias Ativas (MA) e o instrumento utilizado foi o diário de bordo com análise dos resultados em Bardin (2011). Os resultados mostraram que a técnica do diário reflexivo foi eficaz mesmo quando utilizado por um professor sem formação na Educação Especial e as práticas impactaram de maneira positiva todos os estudantes.

Olivati e Leite (2019) estudaram a experiência educacional de seis estudantes com TEA em uma IES pública de São Paulo. Foram abordadas questões sobre ingresso, permanência, acessibilidade, relacionamentos e melhorias na instituição. A análise dos dados foi qualitativa considerando os indicadores dos Núcleos de Significação e fundamentados nos preceitos da Psicologia Histórico-cultural. Barreiras relacionadas às demandas universitárias foram identificadas, como participação em atividades coletivas e prazos de conclusão dos cursos.

A percepção de um estudante com TEA cursando Jornalismo, sobre a inclusão na Universidade de Goiás (UFG), foi investigada por Oliveira e Abreu (2019), por meio de entrevista semiestruturada com análise em Bardin (2011). Os resultados revelaram a necessidade de investimento na formação dos profissionais que atuam nos núcleos de acessibilidade para o atendimento aos estudantes com TEA, ampliação das discussões sobre a temática em vários setores das universidades e a oferta de apoio psicológico para as necessidades de aprendizagem, convivência e socialização desse público.

O estudo de Silveira, Donida e Santana (2020) analisou o processo de acesso e permanência dos estudantes com TEA no ES considerando as suas queixas linguísticas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois acadêmicos de uma Universidade Federal da região Sul do Brasil. Foram identificadas dificuldades na comunicação verbal, no relacionamento e leitura e escrita nos participantes, fato que levou à percepção de alguns desafios a serem enfrentados em relação ao desempenho acadêmico. Os resultados apontaram para a necessidade de apoio pedagógico para os estudos e suporte fonoaudiológico, não sendo relatadas dificuldades com discriminação.

Os desafios enfrentados pelos estudantes com TEA no ES, as estratégias de atendimento e os recursos disponibilizados pelas universidades foram investigados por Aguilar e Rauli (2020). A pesquisa de cunho qualitativo coletou informações a partir da dinâmica de discussões de 3 grupos focais com a presença de estudantes com TEA. Os resultados revelaram que os principais desafios apontados pelos participantes se relacionam ao desconhecimento do TEA, presença de estigma sobre a presença desse público no ES e questões próprias do desenvolvimento do TEA.

O estudo de Santos, *et al.* (2020) buscou conhecer as ações afirmativas e de assistência estudantil empreendidas para atender os estudantes com TEA na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A metodologia utilizada foi qualitativa, exploratória, com base na aplicação de entrevistas semiestruturadas com dois estudantes, uma mãe e uma funcionária do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE) da UFBA. Também foi conduzida uma investigação documental a partir dos dados disponíveis no site do NAPE. Os resultados apontam para a invisibilidade destes estudantes no meio universitário investigado, apesar da disponibilidade de programas e legislações garantindo a educação inclusiva.

O AEE em uma Universidade Pública, foi investigado por Leonel, *et al.* (2022) a partir das informações obtidas de dois acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas com TEA. Os principais achados revelaram a necessidade de ampliação de estudos sobre a temática, maiores investimentos em formação docente para o AEE, divulgação de informações sobre a aprendizagem e habilidades sociais dos estudantes com TEA, proposição de diferentes estratégias, como cronogramas de organização dos estudos.

Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) aplicaram questionário e entrevista semiestruturada a um estudante com TEA, um professor e dois monitores, a pedagoga e psicopedagoga do Núcleo de Acessibilidade da UFBA com o objetivo de analisar a inclusão no ES. A discussão dos dados seguiu os preceitos da análise de conteúdo de Bardin. Nos resultados foram destacados os esforços da Universidade para atender o estudante com TEA em suas necessidades, também foram relatadas dificuldades em relação às habilidades organizacionais e atencionais, e em realizar atividades fora de seu foco de interesse e em estabelecer relações de amizade. Os autores destacaram a necessidade de formação de todos os profissionais que atendem os estudantes TEA.

O acesso e a permanência dos estudantes com TEA nos cursos de Graduação das Universidades Federais foi investigado por Silva e Moreira (2022), por meio de questionário e entrevista semiestruturada aplicadas a quatorze estudantes e cinco coordenadores/as dos núcleos de acessibilidade. Os resultados passaram por análise de conteúdos e revelaram que as políticas educacionais inclusivas são viabilizadas no

âmbito institucional pelos Núcleos de Acessibilidade. E ressaltaram que há necessidade de ampliação dos recursos humanos e financeiros para os núcleos que não devem ser os únicos responsáveis pelo processo de inclusão.

O estudo de Silveira *et al.* (2023) investigou o processo de inclusão, permanência e conclusão de estudantes com TEA no ES. Os autores destacaram o planejamento e aplicação do PEI como importante estratégia de adaptação e apoio ao processo de ensino-aprendizagem dos desses estudantes nas universidades. Os autores observaram o desempenho de um estudante com TEA que contava com histórico de vários trancamentos e cancelamentos de disciplinas, além de reprovações. No período que se seguiu à aplicação do PEI, o estudante teve significativos avanços no desempenho realizando o trancamento de apenas uma disciplina, fato que validou a relevância desse dispositivo no processo de inclusão no ES.

DISCUSSÕES

Para a discussão dos dados obtidos, a partir dos preceitos de Bardin (2011), inicialmente foi realizada a leitura flutuante do material selecionado. Na sequência, as informações coletadas sobre as ações educacionais empreendidas no âmbito do ensino superior a respeito da inclusão de estudantes com TEA, foram organizadas em três categorias: (a) Núcleos de acessibilidade na Educação Superior, (b) Práticas pedagógicas inclusivas para acadêmicos com TEA; e (c) Relatos dos universitários com TEA sobre a inclusão. Por fim, foram analisados os dados de acordo com cada categoria.

Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior

Nesta categoria foram incluídos os estudos que abordaram as ações dos núcleos de acessibilidade criados nas IES para apoiar o processo de inclusão dos acadêmicos com TEA. Nesse contexto, a pesquisa de Silva e Moreira (2022), analisou a trajetória de acesso e permanência de 14 estudantes com TEA matriculados em universidades federais nos cursos de graduação, destacando as barreiras e os facilitadores apontados tanto pelas instituições quanto pelos acadêmicos. As autoras discorrem sobre a importância dos núcleos de acessibilidade para o sucesso dos alunos, haja vista que podem viabilizar as políticas institucionais para os estudantes PAEE, no entanto, não podem ser vistos como únicos responsáveis pelos processos de acessibilidade e inclusão na universidade, mas sim com centros de apoio (Silva; Moreira, 2022).

Nessa perspectiva, a pesquisa de Santos *et al.* (2020), dissertou sobre ações existentes na UFBA que visam a inclusão de estudantes com TEA. A partir de entrevistas conduzidas com dois alunos com TEA, e a mãe de um dos alunos que é colaboradora do NAPE, os autores retratam neste estudo, a organização do núcleo, o qual é composto por uma psicóloga e uma pedagoga, que buscam identificar as áreas de desafio para o aluno. Cada estudante apresenta suas particularidades. É a partir das dificuldades específicas que o núcleo começa a intervir (Santos *et al.* 2020).

Os estudos citados entram em consonância no que se refere a função dos núcleos de acessibilidade, destacando o papel essencial desempenhado por esses programas na promoção da inclusão para os estudantes com TEA, e para a formação

dos profissionais que os atendem. Algumas das principais funções citadas com relação ao núcleo foram: identificar barreiras físicas, comunicacionais e tecnológicas que prejudicam a participação das pessoas com deficiência, desenvolver políticas e diretrizes para promover a acessibilidade; sensibilizar e treinar os profissionais que irão atuar diretamente com os acadêmicos com TEA, coordenar adaptações físicas e tecnológicas para tornar espaços e informações acessíveis; fornecer apoio e recursos para pessoas com deficiência; oferecer aconselhamento e suporte; e promover a conscientização sobre direitos e serviços disponíveis (Santos *et al.*, 2020; Silva, Moreira, 2022).

Práticas Pedagógicas Inclusivas Para Acadêmicos Com TEA

A pesquisa de Olivati e Leite (2019), descreveu a experiência acadêmica de seis estudantes com TEA matriculados em uma universidade pública no estado de São Paulo. As autoras detectaram que as dificuldades com a interação social podem ser um fato complicador para permanência nas IES, e destacaram a promoção de práticas pedagógicas de intervenção e ações institucionais de incentivo à formação profissional como maneiras de incentivar a inclusão (Olivati; Leite, 2019).

A investigação de Oliveira e Abreu (2019), sobre a percepção de um aluno com TEA em relação à sua inclusão na UFG, mostrou que, no âmbito pedagógico e social da universidade, os interesses específicos desses alunos podem ser aproveitados em prol da sua aprendizagem. No entanto, notaram também que, embora os alunos com TEA tenham habilidades para se envolver em atividades de pesquisa, o mesmo não ocorre quando se trata de participar de atividades em grupo, como trabalhos em equipe, necessitando, portanto, de adaptações e mediação das equipes de apoio e professores.

Nesse sentido, a pesquisa de Fischer (2019) analisou as práticas pedagógicas registradas no ensino de alunos com TEA propondo ações inclusivas como: programa de transição do Ensino Médio para o ES; infográficos para síntese de conteúdos; utilização de materiais adaptados, entre outros, corroborando com a investigação de Olivati e Leite (2019) e de Oliveira e Abreu (2019) ao mencionar que as práticas de mentoria/tutoria discente têm resultados positivos na aprendizagem e na interação.

Ainda sobre as ações inclusivas, Leonel *et al.* (2022) constataram a importância da formação do professor de AEE, o conhecimento das características individuais dos estudantes, a organização de um cronograma para a vida diária e estudos, bem como a promoção de habilidades sociais e de comunicação como elementos de inclusão.

O estudo de Silveira *et al.* (2023) abordou o programa de ensino individualizado (PEI) como prática educativa, e mostrou que antes do PEI, a estudante participante, enfrentou dois trancamentos totais, quatro reprovações e sete cancelamentos de disciplinas. Após a implementação do programa, houve um cancelamento de disciplina.

De maneira geral, os autores mencionam a importância das práticas de formação de professores sobre o TEA, da adaptação e flexibilização curricular, dos processos avaliativos e a elaboração de roteiros/esquemas de estudos. Também mostraram que o PEI é uma estratégia concreta e eficaz para a permanência e sucesso de estudantes com TEA no ES, (Fischer, 2019; Olivati, Leite, 2019; Oliveira, Abreu, 2019;

Santos *et al.*, 2020; Silva, Moreira, 2022; Oliveira, Santiago, Teixeira, 2022; Silveira *et al.* 2023).

Relatos Dos Universitários Com TEA Sobre a Inclusão

Na pesquisa de Oliveira, Santiago, Teixeira (2022) foram entrevistados um estudante com TEA, um professor e dois monitores e 2 membros do Núcleo de Acessibilidade. A análise evidenciou os esforços da instituição para efetivar a inclusão, identificando dificuldades em relação às habilidades organizacionais e atencionais. E mesmo o estudante com TEA conseguindo manter boa convivência com os colegas e com o grupo de sala de aula, não conseguia estabelecer relacionamentos mais intensos. Dentre os principais assuntos relatados pelo estudante, estava a dificuldade de comunicação com os professores pela falta de conhecimento sobre o TEA, e a ausência de avaliação adaptada. Os autores destacaram a importância que a monitoria/tutoria têm para o processo de aprendizagem (Oliveira, Santiago, Teixeira, 2022).

Por sua vez, a pesquisa de Silveira, Donida e Santana (2020) revelou um histórico de dificuldades no relacionamento interpessoal e no processo de leitura e escrita. Os estudantes participantes, afirmaram que se sentiram acolhidos e não sofreram discriminação em relação às suas dificuldades, contudo, enfrentaram dificuldades na compreensão dos conteúdos, baixa interação entre professor e aluno e dificuldade de se relacionar com os colegas, motivos estes que podem dificultar sua permanência na instituição ou seu desempenho acadêmico, (Silveira, Donida, Santana, 2020).

Os autores Aguilar e Rauli (2020), organizaram Grupos Focais com estudantes com autismos que frequentavam o ES. Os resultados apontaram que alguns estudantes enfrentaram dificuldades relacionadas ao estigma e desconhecimento do TEA por parte da comunidade acadêmica, além de dificuldades causadas pelas características próprias da condição, como a sobrecarga sensorial e emocional, (Aguilar; Rauli, 2020).

De forma geral, os relatos expostos nas pesquisas abordaram questões referentes à comunicação, sensibilidade sensorial, habilidades sociais limitadas, inflexibilidade cognitiva, problemas de organização, ansiedade, e necessidade de acessibilidade. Também houve relatos de estudantes que preferem manter o diagnóstico na invisibilidade por receio de sofrer *bullying*, (Santos *et al.*, 2020; Aguilar, Rauli, 2020; Silveira, Donida, Santana, 2020; Oliveira, Santiago, Teixeira, 2022).

Os resultados do presente estudo mostraram que os autores selecionados para a discussão, sugeriram a implementação de instrumentos variados de avaliação, implementação de PEI, e formação dos profissionais no âmbito da IES para apoiar a formação dos estudantes com TEA. Esses apontamentos corroboram com os achados de Sales e Viana (2020, p. 615), que ao analisarem o direito, acessibilidade e avaliação desses estudantes no ES, constataram que, “[...] o Plano de Ensino Individual (PEI) se apresenta como alternativa eficaz no processo de ensino-aprendizagem para estudantes autistas no Ensino Superior”.

Em geral foi possível perceber que os desafios para a proposição de ações educacionais inclusivas abrange todas as áreas de formação nas IES, e portanto, demanda de ações conjuntas entre todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, os estudantes incluídos e seus professores e colegas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo deste estudo, o qual foi analisar o que os artigos brasileiros discutem a respeito das ações inclusivas propostas nas IES para acadêmicos com TEA, foram selecionados 10 artigos para integrar as discussões, sendo que os principais assuntos se referiam aos núcleos de acessibilidade, às práticas pedagógicas inclusivas e relatos dos alunos com TEA sobre a inclusão. Nessa perspectiva, observou-se que os núcleos de acessibilidade possuem uma grande influência para o sucesso dos alunos com TEA no ES, mas não deve ser o único elemento mediador entre a permanência e sucesso dos acadêmicos.

Referente às práticas inclusivas, observou-se um destaque no aprimoramento da formação de professores em relação ao TEA, a importância do uso do PEI, bem como a capacitação para adaptação e flexibilização curricular, nos processos avaliativos, quando necessário, suscitando a elaboração de roteiros/esquemas de estudo e a organização de cronogramas. Essas ações podem ser consideradas pilares na promoção da inclusão e no possível sucesso educacional de alunos com TEA.

Portanto, ao analisar os artigos, é oportuno considerar que políticas públicas que orientam e melhoram os métodos de educação inclusiva acabam por incentivar uma maior participação dos estudantes com TEA no nível educacional superior. Mas como os sinais variam ao longo do espectro, as adaptações se diferem, dependendo da demanda. Nesse sentido, sugerem-se novas pesquisas que verifiquem a lacuna entre as políticas públicas e as práticas pedagógicas, considerando a especificidade de cada estudante.

Artigo recebido em: 11/04/2024

Aprovado para publicação em: 13/03/2025

INCLUSIVE EDUCATIONAL ACTIONS FOR STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN HIGHER EDUCATION: A SYSTEMATIC REVIEW OF BRAZILIAN ARTICLES

ABSTRACT: The main objective of this article was to analyze the discussions undertaken in Brazilian articles about the inclusive actions proposed by Higher Education Institutions (HEIs) for students with Autism Spectrum Disorder (ASD). To this end, the CAPES and SciELO platforms were consulted, using the descriptors: Autism Spectrum Disorder, ASD, autistic, autism, Higher Education and university, combined by the Boolean operator and, between the years 2019 and 2023. The study was based on a qualitative approach to data, and Bardin's (2011) methodology was used to analyze the selected texts. As a result, 10 articles that met the study criteria were selected for analysis. It was concluded that the participation of students with ASD has led to improvements in educational processes at HEIs, promoted by the implementation of accessibility centers and inclusion programs. However, many actions to guarantee access, permanence, equity and success for students with ASD are in the process of being built and implemented. Among the challenges pointed out by the students are the lack of professional training, the low supply of

RATUCHNE, P. A. O.; MUNHOZ, M. L. da L.; BARBY, A. A. de O. M.; SILVA, R. T. M. da

individualized teaching plans, the lack of dissemination of clear information about the spectrum, and difficulties in communicating and getting along with teachers and classmates, as well as challenges in assessments.

KEYWORDS: Autism Spectrum Disorder; Higher Education; Inclusive Education.

ACÇÕES EDUCATIVAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE ARTÍCULOS BRASILEÑOS

RESUMEN: El objetivo principal de este artículo fue analizar las discusiones realizadas en artículos brasileños sobre las acciones inclusivas propuestas por Instituciones de Enseñanza Superior (IES) para alumnos con Trastorno del Espectro Autista (TEA). Para ello, se consultaron las plataformas CAPES y SciELO, utilizando los descriptores: Trastorno del Espectro Autista, TEA, autista, autismo, Educación Superior y universidad, combinados por el operador booleano y, entre los años 2019 y 2023. El estudio se basó en un enfoque cualitativo de los datos, y se utilizó la metodología de Bardin (2011) para analizar los textos seleccionados. Como resultado, se seleccionaron para el análisis 10 artículos que cumplían los criterios del estudio. Se concluyó que la participación de estudiantes con TEA ha propiciado mejoras en los procesos educativos de las IES, promovidas por la implementación de centros de accesibilidad y programas de inclusión. Sin embargo, muchas acciones para garantizar el acceso, la permanencia, la equidad y el éxito de los estudiantes con TEA están en proceso de construcción e implementación. Entre los retos señalados por los estudiantes están la falta de formación profesional, la poca oferta de planes de enseñanza individualizados, la falta de difusión de información clara sobre el espectro y las dificultades para comunicarse y llevarse bien con profesores y compañeros, así como los retos en las evaluaciones.

PALABRAS CLAVE: Trastorno del Espectro Autista; Educación Superior; Educación Inclusiva.

NOTAS

1-As nomenclaturas estão desatualizadas no documento.

2- Excluindo-se os duplicados.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, C. P. C.; RAULI, P. F. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 33, p. e43/ 1–26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/44082>. Acesso em: 9 mar. 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5-TR**. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIALER, M.; VOLTOLINI, R. Autismo: história de um quadro e o quadro de uma história. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e45865, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/Gd3KgdZhpWFdTHrgbDRNr5S/>. Acesso em: 09 abr 2024.
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.956**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.956%2C%20DE%208,as%20Pessoas%20Portadoras%20de%20Defici%C3%A2ncia.. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9394 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf . Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial.. **Programa Incluir: acessibilidade na Educação Superior**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secadeducacao-continuada-223369541/17433-programa-incluir-acessibilidade-a-educacaosuperior-novo>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior e Secretaria de Educação Especial. **Política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência na educação superior**, Brasília, 2008a. Disponível em:

RATUCHNE, P. A. O.; MUNHOZ, M. L. da L.; BARBY, A. A. de O. M.; SILVA, R. T. M. da

<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Incluir/incluir2008.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008b. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> . Acesso: 23 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**. Dispõe sobre a educação especial e do atendimento educacional. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Lei nº 12.764. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm . Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Secretaria Geral. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**(Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 21 out. 2023.

FADDA, G. M.; CURY, V. E. O enigma do Autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n.3, p. 411-423, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287148579006.pdf> Acesso em: 22 mar. 2024.

FISCHER, M. L. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O Diário Reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.4, p.535-552, Out.-Dez., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vK7pnWwcn9pHxtvvVB8RMh/>. Acesso em: 30 out. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resumo Técnico Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2018.pdf . Acesso em: 22 out. 2023.

LEONEL, A. P. S. *et al.* Atendimento Educacional Especializado e Transtorno do Espectro Autista no ensino Superior: estudos de caso em universidade pública no Paraná. *Educere et Educare*, [S. l.], v. 17, n. 43, p. 372–392, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29665>. Acesso em: 6 out. 2023.

OLIVATI, A. G.; LEITE, L. P.. Experiências Acadêmicas de Estudantes Universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma Análise Interpretativa dos Relatos. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 729-746, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000400729&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 fev. 2024.

OLIVEIRA, A. F. T. M.; ABREU, T. F. A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 59–76, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/8897>. Acesso em: 5 out. 2023.

OLIVEIRA, A. F. T.; SANTIAGO, R. A. G.; TEIXEIRA, R. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. **Educação e Pesquisa**, v. 48, n.12, p.89–107, 10 jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/cGTd6B6WHLzms7HvY4TgNQF/?lang=pt> Acesso em: 3 out. 2023.

PAGE, M.. J, *et al.* *The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews.* **BMJ**. 2021, 372p. Traduzido por: ABREU, V. *et al.* Vila Nova de Gaia - Portugal: BMJ, n. 71, 2021. Disponível em: <http://www.prisma-statement.org/PRISMAStatement/FlowDiagram?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em: 5 out. 2023.

SALES, J. F.; VIANA, T. V.. A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação. **Revista Intersaberes**, v. 15, n. 35, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1868>. Acesso em: 2 out. 2023.

SANTOS, W. F. *et al.* A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 9, n. 3, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/33786/23606> . Acesso em 3 out. 2023.

SILVA, V. C.; MOREIRA, L. C. O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 35, p. e16/1–25, 2022. DOI: 10.5902/1984686X68655. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/68655> . Acesso em: 3 out. 2023.

SILVEIRA, P. T.; DONIDA, L. O.; SANTANA, A. P. Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25,

RATUCHNE, P. A. O.; MUNHOZ, M. L. da L.; BARBY, A. A. de O. M.; SILVA, R. T. M. da

n. 3, p. 659–675, dez. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/aval/a/TH57DrKJHRCHqksd3SjfdLD/?lang=pt> . Acesso em 3 out. 2023.

SILVEIRA, V. G. *et. al.* Planejamento Educacional Individualizado. **Revista de Psicologia Escolar e Educacional**. v.27, n.2, p. 11-11, dez. 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pee/a/NK33dSndCrqYhsTZGGGy6G/?lang=pt>. Acesso em: jan. 24.

TEIXEIRA, K.; CASTRO, R. F.. Vivências de pessoas com autismo que concluíram o Ensino Superior: uma investigação em Porto Velho/RO. **Revista Educação Especial**.v. 36, n.6, p. 2-27, ago.2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 1 out. 2023.

PALOMA APARECIDA OLIVEIRA RATUCHNE: Doutoranda e Mestre em Educação, Pesquisadora em Educação Especial e Inclusiva, Professora do Apoio Permanente da Educação Especial da Pró-Reitoria de Apoio aos Estudantes (PROAE/UNICENTRO), Pedagoga da Secretaria de Educação e Esporte do Paraná (SEED/PR).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9129-9057>

Email: palomaratuchne@unicentro.br

MARIA LUIZA DA LUZ MUNHOZ: Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná. Coordenadora pedagógica na APAE de Paranavaí-PR e professora na UniFatecie.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9629-0473>

E-mail: marialuiza_munhoz@hotmail.com

ANA APARECIDA DE OLIVEIRA MACHADO BARBY: Doutora e Mestre em Educação pela UFPR, Pesquisadora em Educação Especial e Inclusiva e Professora de Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (UNICENTRO).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4481-2276>

E-mail: anambarby@hotmail.com

ROSANGELA TRABUCO MALVESTIO DA SILVA: Doutora em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar – SP. É professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná e coordenadora do Projeto de Extensão Neddij - Núcleo de Estudos dos Direitos da Infância e da Juventude.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9315-7696>

E-mail: rosetms2000@yahoo.com.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).